



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 6/10
ACTA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 2 DE
NOVEMBRO DE 2010

Aos dois dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20:30 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, por Miguel Boieiro.

Feita a chamada pelo 1.º Secretário, registaram-se as seguintes presenças:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miguel Boieiro; Rui Manuel da Graça Santa; Ana Paula Zeverino Gonçalves; Paula Alexandra Ferrão Pereira; Fernando Manuel Catum Leiria; Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade; Sérgio Miguel Pratas Duarte, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres; Olívia Maria Nobre Mateus da Silva e António Luís Lucas Rodrigues.

Pelo Partido Socialista:

- Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado; Francisco José da Fonseca Giro; Joana Coelho Grácio Roque Lino; Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto e Rosa Paula Saldanha de Jesus.

Pelo Partido Social Democrata:

-Raquel Alves Vieira Saraiva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e António José da Silva Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (PS).

Faltaram a esta sessão:

- Cristina Maria Rodrigues Samouqueiro, que justificou a sua falta por escrito, por motivos de ordem profissional, o que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares A.B.F. Rodrigues.

- Rodolfo Soares Marques Pereira, que justificou a sua falta por escrito, por motivos de ordem pessoal, o que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituído por Raúl dos Santos Duarte.

- Pedro Miguel Esteves Ludovice Nogueira, que justificou a sua falta por escrito, por se encontrar ausente do concelho, o que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituído por Luiz Batista.

- Vítor Hugo Vila Cova Lemos Rodelo, que justificou a sua falta por escrito, por se encontrar ausente do concelho, o que foi aceite por unanimidade.

- José Luís Nunes Catalão, que justificou a sua falta por motivo de doença.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Jorge Manuel Pereira Giro, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

Faltou a Vereadora Susana Isabel de Freitas Custódio, por motivo de doença de seu marido.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS (TAXAS URBANÍSTICA E ADMINISTRATIVA) – Fundamentação Económico Financeira

Após uma breve introdução efectuada pelo Presidente da Assembleia, o mesmo submeteu à discussão a proposta, tendo-se registado as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Sucintamente, começou por lembrar o histórico relacionado com a presente temática, que levou à aplicação das novas taxas. Apesar da sua aprovação e aplicação, no período experimental (inicialmente previsto até final do semestre, foi o mesmo reduzido para 3 meses), sendo previsíveis algumas correcções. Foram aceites as sugestões/reclamações de alguns municípios que consideram injustos e difíceis de suportar os aumentos que se pretendiam, atendendo também à difícil conjuntura económico financeira que o país atravessa.

A alteração vem permitir à Câmara uma maior flexibilidade, no sentido de isentar/reduzir as taxas, nomeadamente as relacionadas com o saneamento básico e o cemitério, sem prejuízo das referentes ao Desporto também terem sido alteradas.

Salientou que a fundamentação económica e financeira das taxas se mantém de acordo com a legislação. Com a presente alteração, a Câmara avoca a si a imputação da diferença nos custos, ficando desta forma contornados os problemas apontados pelos municípios, contribuindo assim para ajudar a desagrar esta conjuntura em aspectos concretos da vida dos cidadãos.

- Fernando Leiria:

Congratula-se com a posição tomada pela Câmara, apesar de na presente discussão do Orçamento de Estado o Governo pretender cortar nas receitas para as autarquias.

Lamentou que os membros das outras bancadas se fiquem pelas Declarações de Voto impedindo o direito de contraditório e de não terem contribuído para as alterações agora apresentadas.

- Fernando Pinto:

Discordou das palavras de Fernando Leiria, sublinhando que a Lei n.º 153/2006, de 29 de Dezembro, não impõe às Câmaras qualquer verba, recomenda isso sim, que regulem os valores cobrados aos munícipes, para que cada um saiba o que está a pagar e porque está a pagar. A Lei tem como objectivo uniformizar critérios, buscando transparência.

O PS na sessão de Março apresentou dados concretos, enunciando os problemas inerentes aos aumentos a praticar. Foi o único momento em que tiveram oportunidade de discutir este assunto, considerando também que é difícil estar a discutir pormenorizadamente algumas intenções neste local.

Passado este tempo, entende que o PS tinha razão e congratulou-se dessa forma com a proposta apresentada, lamentando apenas o tempo que se perdeu.

- Paula Pereira:

Chamou a atenção para o facto de os eleitos disporem de vários mecanismos (e não somente a sua representação na Assembleia) para sugerir alterações, tanto mais que estes documentos estiveram por duas vezes em discussão pública.

- Presidente da Câmara:

Concordou com as intervenções dos membros da CDU. Do seu ponto de vista (concordante relativamente à participação dos eleitos nos vários órgãos), lembrou que nunca foi recebido na Câmara nenhuma sugestão de algum membro da Assembleia sobre esta matéria e poderiam tê-lo feito.

Salientou a dialéctica existente entre a Câmara Municipal e os munícipes, a qual se tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos.

Não deixou de frisar que o corte nas transferências do Orçamento do Estado para as autarquias vai provocar grandes estrangulamentos às mesmas, colocando em causa algumas obras. Para Alcochete é proposta uma redução de 150 000 euros. É o 4.º município do país que menos verbas recebe, o que deve ser motivo de indignação por parte de todos.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Apresentaram Declaração de Voto: Ana Brandão em nome da CDU (anexa à acta) e Luiz Batista em nome do PSD, esta última do seguinte teor: “Congratulamo-nos por ver que as preocupações apresentadas pelo PSD foram ouvidas, pelo que mudamos agora o nosso sentido de voto, dado considerarmos o ajustamento moderado, o que é positivo.”

PONTO 2 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Antes de dar início à discussão, o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de um ofício remetido pela Câmara Municipal de Alcochete, a solicitar a rectificação em 3 pontos à proposta atempadamente enviada, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Assembleia solicitou à Câmara que prestasse breves esclarecimentos sobre esta proposta, pelo que com a permissão do Presidente da Câmara, usou da palavra o Vereador Paulo Alves Machado:

Fez o enquadramento da presente alteração dentro da política de recursos humanos da Câmara Municipal, que considera as pessoas, o capital mais importante de uma empresa.

Genericamente, dentro de contexto de crise que se vive, esta proposta de alteração representa um grande esforço de coesão social, que se traduz na estabilidade da maior entidade empregadora do município.

Não sendo técnico de Recursos Humanos mas com a aprendizagem vivida nos últimos anos cruzada com a dimensão ideológica da CDU nesta matéria, teceu em síntese as seguintes considerações:

- Desde 2006 a Câmara iniciou um processo de alteração de Recursos Humanos reflectido, ponderado e situado em três grandes áreas, que são: a da qualificação, a da promoção e requalificação profissional e a da modificação da estrutura orgânica da Câmara desde Junho de 2008.

Daí que a presente alteração vise somente a redução da precariedade do trabalho na Câmara, envolvendo a mesma um custo de aproximadamente sete mil euros. Dos 413 funcionários ao serviço, apenas 25 ficarão com um vínculo de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, findo todo o processo concursal, iniciado em Agosto de 2009.

- Luiz Batista:

Considerou que a Câmara tem uma mega estrutura, não compreendendo porque são necessárias 12 Divisões e também considera exageradas as verbas gastas com Pessoal, interrogando-se, se como gestor, esta empresa teria viabilidade.

- Joana Lino:

Perguntou se os concursos abertos em Agosto de 2009 já estão terminados e se foram satisfeitos todos os requisitos legais para a integração de funcionários.

- Isabel Trindade:

Não ficou surpreendida com a intervenção de Luiz Batista, porque já se habituou a ouvir o PSD defender o serviço público privado, a educação privada e agora a defesa do desemprego.

Na condição de funcionária da Câmara e de eleita, congratulou-se com a opção da Câmara.

Luiz Batista:

Esclareceu que é a favor do trabalho e não contra os trabalhadores.

- Vereador Paulo Machado:

Relativamente ao que foi dito por Luiz Batista esclareceu que a dita “mega estrutura” tem no ROSM a sua clarificação. Mais informou que as actuais 12 chefias são insuficientes para toda a área de intervenção da Câmara.

Esclareceu que o procedimento de abertura e respectivo desenrolamento cumpriu todos os trâmites legais.

A terminar, concluiu que apesar de todo o esforço, a Câmara continua a precisar de mais funcionários, nomeadamente nas áreas de jardins e de educação.

- Presidente da Câmara:

Realçou que a Câmara tem um princípio político que fomenta, que está nos antípodas da filosofia que o PSD e o CDS defendem.

Chamou a atenção para a necessidade de ter que ser alterada a Lei das Finanças Locais nomeadamente no que respeita às Despesas Correntes.

Submetida a proposta à votação com as rectificações aceites, foi aprovada por maioria, com 8 abstenções do PSD e PS e 14 votos a favor da CDU.

Fizeram Declaração de Voto os seguintes membros:

Isabel Trindade, em nome da CDU.

Joana Lino, em nome do PS.

Luiz Batista, em nome do PSD.

PONTO 3 – DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO ENTRE AS FREGUESIAS DE POCEIRÃO E ALCOCHETE – RECTIFICAÇÃO DOS LIMITES ADMINISTRATIVOS

Submetida à discussão a proposta, foram registadas as seguintes intervenções:

- Estêvão Boieiro:

Informou ter tido contactos com o Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão para resolução desta questão.

O processo de delimitação só se arrastou até passar a ser aplicado o IMI rural, o qual implica o recebimento de rendimentos monetários para as freguesias rurais. Mais informou, que acompanhou pessoalmente a colocação dos marcos de delimitação entre as duas freguesias.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que não há alteração ou permuta de áreas nos dois concelhos e que a consequência prática para o município de Alcochete se traduz na delimitação de Alcochete com o concelho de Palmela.

Informou também que os custos com a aquisição e colocação dos marcos de delimitação ficaram a cargo da Câmara Municipal de Palmela.

- Luiz Batista:

Chamou a atenção para o mesmo tipo de situação existente na vila de Samouco, entendendo que talvez fosse útil o incentivo de relações com o município vizinho para fazer os respectivos acertos de extremas.

Presidente da Câmara:

Informou ser desnecessário de momento, desenvolver esse tipo de acções, dado que a Câmara irá aproveitar o processo de revisão do PDM para se proceder aos acertos de extremas entre os concelhos que confrontam com Alcochete.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

ACTA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da acta em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:15 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO